

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## PROJETO DE LEI Nº 4.809, DE 2005

Dispõe sobre o monitoramento dos efeitos dos organismos geneticamente modificados e de seus derivados no meio ambiente e na saúde humana e animal.

**Autor:** Deputado EDSON DUARTE

**Relator:** Deputado CARLOS WILLIAN

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.809/2005 estabelece a obrigatoriedade, ao poder público, de encaminhar aos requerentes de registro de organismos geneticamente modificados – OGMs e de seus derivados, planos de monitoramento com objetivo de avaliar os efeitos dos mesmos sobre o meio ambiente e a saúde humana e animal.

A proposição estabelece que tais planos de monitoramento serão específicos para cada OGM cujo registro seja requerido, e discutidos em audiência pública antes de seu encaminhamento pelos órgãos de registro e fiscalização ao respectivo requerente.

A implementação dos planos de monitoramento poderá ser feita por entidades públicas ou privadas, desde que cadastradas nos órgãos de controle e fiscalização. Os custos de execução dos planos serão de responsabilidade do requerente, cabendo ao poder público fiscalizar sua implementação.

O projeto estabelece, ainda, que se dará ampla divulgação dos resultados conclusivos de cada monitoramento específico, e que, ao



376FA55B30

constatar que algum OGM ou seu derivado cause dano ao meio ambiente ou à saúde, o mesmo será retirado do mercado.

Por fim, o Projeto de Lei nº 4.809/2005 faculta, aos órgãos de registro e fiscalização, o indeferimento do pedido de registro ou a suspensão do registro já concedido a OGM e seus derivados, se, porventura, resultados de monitoramento realizado em outro país indicarem efeitos indesejáveis ao meio ambiente ou à saúde humana ou animal. Em todos os casos de suspensão ou indeferimento de registro, caberá recurso aos interessados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto em análise.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A recente aprovação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005), ensejou intenso debate sobre a produção e utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura, polarizando as posições entre os que defendem a lucratividade e a importância econômica dessas novas tecnologias, e aqueles que guardam reservas com relação ao uso em larga escala de tais organismos, em virtude do potencial impacto ambiental e dos efeitos sobre a saúde humana.

Independentemente da opinião com a qual cada um se identifique, há aspectos que emergem consensuais desse debate: não se pode afirmar cabalmente nem que os OGMs sejam seguros, nem que sejam perigosos, e a ausência de dados sobre os riscos reais de cultivo e utilização só pode ser sanada com pesquisa científica.

No próprio texto da Lei nº 11.105/2005 há menção à necessidade de avaliar tais riscos, ao definir a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, como competente para estabelecer critérios de avaliação e monitoramento de risco de OGM e seus derivados (art. 14, III), e ao criar, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Sistema de Informações



376FA55B30

em Biossegurança – SIB, destinado à gestão das informações decorrentes das atividades de monitoramento, entre outras (art. 19).

Entretanto a tão discutida Lei de Biossegurança é omissa quanto à obrigação de monitorar os efeitos dos OGMs, e depreende-se que a avaliação de risco é realizada pela CTNBio somente com base nos resultados das pesquisas prévias ao plantio e industrialização em escala comercial. Após autorização, em tese, a continuidade na produção ou utilização de cada OGM independe de continuidade nas pesquisas.

Isso posto, é patente a possibilidade legal de cultivar e oferecer ao consumidor OGMs sem avaliação dos efeitos reais sobre o meio ambiente e a saúde humana e animal. O Projeto de Lei nº 4.809/2005 oferece a oportunidade de corrigir essa lacuna na legislação, não só obrigando a realização de pesquisas científicas de monitoramento, como garantindo alentada publicidade às mesmas, desde a concepção metodológica até os resultados conclusivos.

Tendo em vista os argumentos expostos, relativos à necessidade e ao interesse público no monitoramento de organismos geneticamente modificados, voto pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 4.809, de 2005.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado CARLOS WILLIAN  
Relator



376FA55B30